



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1853774 - PR (2019/0374851-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ARIEL RAMON AVEIRO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execução declarou extinta a punibilidade do recorrente pela incidência da prescrição da pretensão executória (Execução Penal nº 5013470-14.2017.4.04.7002).

Interposto agravo em execução, pelo Ministério Público, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso para afastar a prescrição. O acórdão ficou assim ementado (fl. 52):

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA.

1. Não transcorrido lapso igual ou superior a três anos entre o trânsito em julgado para a acusação (24/02/2016) e o início da execução penal (28/11/2017), não há falar em prescrição da pretensão executória.

2. Provimento do recurso.

Opostos embargos de declaração, pela Defesa, foram acolhidos para corrigir contradição quanto ao início do prazo para a contagem do prazo prescricional. Eis a ementa do julgado (fl. 74):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERMO INICIAL DO PRAZO PARA A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. CONTRADIÇÃO CORREÇÃO. PROVIMENTO.

Embargos de declaração acolhidos para corrigir contradição quanto ao início do prazo para a contagem do prazo prescricional.

Diante disso, a Defesa interpôs recurso especial alegando violação aos arts. 109, inciso VI, 110, §1º, 112, inciso I e 114, inciso II, todos do Código Penal - CP.

Sustenta que a pretensão punitiva estatal foi atingida pela prescrição, uma vez que o recorrente foi condenado, nos autos da Ação Penal n. 5002869-85.2013.4.04.7002, à pena de 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 70 (setenta) dias-multa.

Alega que o termo inicial da prescrição da pretensão executória deve ser calculado com início na data em que a decisão transitou em julgado para a acusação, com base na pena em concreto, o que ocorreu em 19/02/2016.

Aduz que até o momento não foi dado início ao cumprimento da pena e, considerando o disposto nos artigos 109, inciso VI e 112, inciso I, ambos do Código Penal, as penas do recorrente prescrevem em 03 anos. Aduz, assim, que transcorridos mais de três anos entre o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação (19/02/2016) e a presente data, a pretensão punitiva estatal foi atingida pela prescrição.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para reformar o acórdão impugnado e reconhecer a prescrição da pretensão executória, extinguindo a punibilidade da recorrente.

Contrarrazões às fls. 99/104.

Decisão de admissibilidade à fl. 107.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial (fls. 124/125).

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

O Tribunal de origem afastou o reconhecimento da prescrição da pretensão executória por entender que o termo inicial da contagem do prazo é o trânsito em julgado para ambas as partes. O voto condutor assim se posicionou quanto à controvérsia, no que importa, *verbis* (fl. 72):

De fato, o acórdão embargado assentou que "o trânsito em julgado para a acusação ocorreu somente em 24/02/2016 (evento 157 da ação penal 502869-85.2013.404.7002), dia subsequente aquele em que esgotado o prazo para o órgão acusatório interpor recurso contra a sentença condenatória." grifou-se

Essa informação, quanto ao início da contagem do prazo prescricional, ocasionou a contradição ora apontada pelo embargante, embora a fundamentação do acórdão embargado tenha encaminhado conclusão no sentido de que o marco inicial da prescrição da pretensão executória conta-se a partir da data do trânsito em

julgado para a acusação, que, in casu, ocorreu dia 19-02-2016 (momento da renúncia expressa pelo representante do MPF)

Trata-se, como visto, de equívoco que merece, de fato, apropriada correção.

Assim, o dispositivo do acórdão ora embargado deve passar a contar com o seguinte conteúdo:

"Não transcorrido lapso igual ou superior a três anos entre o trânsito em julgado para a acusação (19/02/2016) e o início da execução penal (28/11/2017), não há falar em prescrição da pretensão punitiva"

Ante o exposto, voto no sentido de dar provimento aos embargos de declaração para sanar a contradição apontada.

Todavia, o entendimento do Tribunal de origem está desalinhado à jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que *"(...) conforme disposto expressamente no art. 112, I, do CP, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado"* (AgRg nos EAREsp 908.359/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 02/10/2018). Nesse sentido:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA. MARCO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ART. 112, INCISO I, DO CP. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, conforme disposto expressamente no art. 112, I, do CP, o termo inicial da contagem do prazo da prescrição executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado (AgRg nos EAREsp n. 908.359/MG, Terceira Seção, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, DJe de 2/10/2018).

2. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1803838/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2019).

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. SIMPLES INCONFORMISMO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

[...]

3. O art. 112, inciso I, do Código Penal deve ser interpretado de maneira literal, de forma que o termo inicial para o cálculo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado da condenação para a

acusação. O referido entendimento tem sido reafirmado de forma iterativa nesta Corte Superior tanto antes quanto após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n.º 126.292/SP.

4. Embargos declaratórios rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1710939/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 18/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para cassar o acórdão impugnado e restabelecer a decisão do Juízo de primeiro grau.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator